PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16/2006.

Altera a redação ao artigo 55 do Regimento Interno.

A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 55, do Regimento Interno passa ter a seguinte redação:

Art. 55 O Plenário deliberará :

I - mediante o voto favorável de **dois terços** dos membros da Câmara, das leis concernentes :

- a) da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal;
- b) da destituição de componentes da Mesa;
- c) do processo de cassação do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores;
- d) da rejeição do Parecer do Tribunal de Contas;
- e) da realização de Sessão Secreta;
- f) da alteração de denominação de próprios e logradouros públicos;
- g) da mudança de local de funcionamento da Câmara;
- h) da outorga de títulos e honrarias.

II mediante voto favorável da **maioria absoluta** dos membros da Câmara para a aprovação das seguintes matérias:

- a) Plano Diretor do Município;
- b) legislação pertinente ao Plano Diretor;
- c) Regimento Interno;
- d) Códigos
- e) zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;
- f) Estatutos dos Servidores;
- g) criação de empregos e respectiva alteração da remuneração;
- h) alienação de bens imóveis;
- i) aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- j) autorização para obtenção de empréstimos de particular.
- k) concessão de Serviço Público;
- l) rejeição de veto do Executivo.

III A aprovação das matérias não constantes dos artigos anteriores dependerá do voto favorável da maioria dos vereadores presentes à sessão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 02 de outubro de 2006.

Vereador Martim César

Vereador Antonio da Cunha

Vereador Jânio Ardito Lerário

Vereador Ricardo Piorino

Justificação:

Apresentamos este projeto de resolução para sanar mais um conflito existente entre os dispositivos do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal.

O artigo 55 do Regimento Interno classifica as matérias que exigem votação qualificada de dois terços e de maioria absoluta, diferente da apresentada pela Lei Orgânica Municipal (artigo 35)

Há prevalência da Lei Orgânica, por isso, estamos corrigindo o Regimento Interno para que evitar dúvidas na hora da aplicação destes dispositivos.

Texto original - Lei Orgânica Municipal

SUBSEÇÃO III - DAS LEIS

Artigo 35 - As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável de maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único - São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Estatuto dos Servidores Municipais;

IV - Plano Diretor do Município;

V - Zoneamento urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

VI - Código de Posturas Municipais;

VII - Estatuto do Magistério Municipal;

VIII - Código Sanitário Municipal;

IX - Código de Proteção ao Meio Ambiente;

X - Concessão de Serviço Público;

XI - Concessão de direito real de uso, e a Legislação disciplinadora de:

a) Alienação de bens imóveis;

b) Aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

c) Autorização para obtenção de empréstimos de particular.

Texto original: Regimento Interno

Art.55 . O Plenário deliberará:

§1º . Mediante o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara a aprovação:

I. das Leis concernentes a:

alteração de denominação de próprios e logradouros públicos;

aquisição de bens imóveis por doação com encargo;

aprovação e alteração do Plano Diretor;

concessão de direito real de uso;

alienação de bens imóveis;

obtenção de empréstimos particular;

concessão de serviços públicos.

II. da realização de Sessão Secreta;

III. da rejeição do Parecer do Tribunal de Contas;

IV. da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;

V. da mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI. da destituição de componentes da Mesa;

VII. do processo de cassação do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores;

VIII. da alteração da Lei Orgânica Municipal;

IX. da outorga de títulos e honrarias;

§2º Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação:

do Estatuto dos Servidores Municipais;

da rejeição do veto do Executivo

do parcelamento e uso do solo;

de códigos;

do Regimento Interno da Câmara;

criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores municipais quer seja do Legislativo ou do Executivo;

Leis Complementares.

§3º A aprovação das matérias não constantes dos artigos anteriores dependerá do voto favorável da maioria dos vereadores presentes à sessão.

§1º . Mediante o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara a aprovação:

das Leis concernentes a:

alteração de denominação de próprios e logradouros públicos;

aquisição de bens imóveis por doação com encargo;

aprovação e alteração do Plano Diretor;

concessão de direito real de uso;

alienação de bens imóveis;

obtenção de empréstimos particular;

concessão de serviços públicos.

da realização de Sessão Secreta;

da rejeição do Parecer do Tribunal de Contas;

da aprovação de proposta para mudança de nome do Município;

da mudança de local de funcionamento da Câmara;

da destituição de componentes da Mesa;

do processo de cassação do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores;

da alteração da Lei Orgânica Municipal;

da outorga de títulos e honrarias;

§2º . Dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação:

do Estatuto dos Servidores Municipais;

da rejeição do veto do Executivo;

do parcelamento e uso do solo;

de códigos;

do Regimento Interno da Câmara;

criação de cargos e aumento de vencimentos de servidores municipais, quer seja do Legislativo ou do Executivo.

Leis Complementares.

§3º. A aprovação das matérias não constantes dos artigos anteriores dependerá do voto favorável da maioria dos vereadores presentes à sessão .